



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação



Paula Belmonte assume presidência do PSDB-DF

A posse da deputada distrital Paula Belmonte na presidência do PSDB-DF, oficializada nesta terça-feira, na residência do presidente tucano, Aécio Neves, sinaliza a intenção de candidatura própria ao Palácio do Buriti. Ao lado do ex-senador Reguffe e do ex-governador Marconi Perillo, Aécio deu o tom da campanha ao falar em “vida inteligente entre os extremos” e defender o projeto que começa a ser desenhado para 2026 no Distrito Federal.

Transição no partido

A transição no comando regional, costurada com participação direta do secretário de Segurança, Sandro Avelar, que deixa o comando da sigla no DF, indica que o PSDB aposta em um reposicionamento estratégico. A legenda quer ocupar o espaço do centro político, dialogando tanto com eleitores insatisfeitos com a polarização quanto com setores que buscam uma alternativa à disputa ideológica mais radicalizada.

Dobradinha

Ao mencionar que Paula Belmonte e Perillo levarão o número 45 “para mostrar que existe vida inteligente entre os extremos”, Aécio sinalizou que o partido pretende reeditar seu discurso histórico de equilíbrio fiscal, responsabilidade administrativa e moderação política. O PSDB tenta reorganizar seu protagonismo a partir de Brasília, com uma candidatura que dialogue com diferentes campos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Sandro fica e deve concorrer

Ex-presidente do PSDB, o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, continua no partido e deve concorrer à Câmara Federal.

Ed Alves CB/DA Press



Candidatura

O governador Ibaneis Rocha (MDB) marcou a data para desincompatibilização: 28 de março. Segundo ele, esta é a data para deixar o governo. Assume Celina Leão (PP).

Bolada

Segundo quem acompanha as negociações para aportar recursos no BRB, o BTG estuda investir uma bolada para ajudar na recuperação do banco.

USP e Inas firmam parceria para estudo inédito sobre doença renal crônica

Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto Nacional de Assistência à Saúde (Inas), está viabilizando a realização de um estudo científico inédito voltado exclusivamente aos beneficiários do Inas diagnosticados com Doença Renal Crônica (DRC) e que já se encontram em terapia renal substitutiva por hemodiálise. O estudo está sendo desenhado especificamente para avaliar, de forma comparativa, os desfechos clínicos de dois grupos de pacientes ao longo de um período de 12 meses: um grupo submetido à Hemodiálise convencional (HD) e outro tratado por Hemodiafiltração (HDF), uma modalidade considerada mais avançada do ponto de vista tecnológico e terapêutico.



Impacto na qualidade de vida

A proposta da pesquisa é analisar retrospectivamente os últimos 12 meses de tratamento desses pacientes, observando indicadores clínicos relevantes que impactam diretamente a qualidade de vida, a segurança assistencial e a sobrevida dos indivíduos em diálise. Entre os principais desfechos clínicos avaliados estão a taxa de internações hospitalares, tempo e frequência de hospitalização, mortalidade, complicações cardiovasculares, bem-estar após a sessão de diálise, controle de anemia e inflamação sistêmica.

Adoção de tecnologias

Além disso, o estudo também poderá considerar indicadores complementares, como redução de eventos adversos relacionados ao tratamento, necessidade de uso de medicamentos de alto custo, manutenção do estado nutricional, preservação da função residual renal e impossível global na qualidade de vida dos pacientes. Com essa iniciativa, busca-se produzir evidências científicas sólidas que contribuam para a tomada de decisão clínica e institucional, além de apoiar políticas de saúde baseadas em dados, especialmente no cuidado de pacientes com DRC. Os resultados poderão reforçar a importância da adoção de tecnologias mais avançadas no tratamento dialítico, sempre com foco na segurança, na eficiência assistencial e nos melhores desfechos para os pacientes.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Novo projeto

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, anunciou ontem que está deixando o cargo para se preparar para a pré-candidatura a deputado federal pelo PT. “Hoje encerro um ciclo muito importante da minha vida pública no Ministério da Justiça. Foram anos de muito trabalho, aprendizado e compromisso com a construção de políticas públicas voltadas para a justiça social, a democracia e a proteção de direitos”, afirmou. Ele chegou como diretor de Política Judiciária e foi o primeiro negro a ocupar o cargo de ministro da Justiça — ainda que interinamente.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Podcast do Correio | RODRIGO BADARÓ | CONSELHEIRO DO CNJ

“Sem cuidados, não teremos Justiça”

Indicado ao cargo de presidente do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Poder Judiciário, o advogado detalha as próximas etapas para blindar tribunais de fraudes tecnológicas

» ARTUR MALDANER*

Com a popularização do uso da inteligência artificial (IA), surgem preocupações quanto ao impacto da tecnologia no Poder Judiciário, que lida com a vida e patrimônio da população, apontou Rodrigo Badaró, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Podcast do Correio. Indicado à presidência do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Poder Judiciário, o advogado aponta como objetivo o fortalecimento da segurança processual, mas sem descartar a modernização da Justiça brasileira. Criado pela Resolução nº 615, o comitê deve garantir que tribunais sigam padrões éticos no uso da tecnologia. Rodrigo comenta que a primeira medida será a capacitação dos magistrados, que precisam conhecer a forma correta de fazer perguntas à IA generativa, por meio de prompts, e se comprometer a checar todas

as informações disponibilizadas. Apesar da medida, ele destaca que a IA deve continuar tendo uma função complementar no trabalho do juiz, que nunca deve delegar a decisão à máquina. Segundo o conselheiro, aqueles que não souberem usar as novas ferramentas poderão ser diretamente prejudicados por defesas mal-intencionadas, por meio da prática de Prompt Injection, quando um instruções ocultas são fornecidas à IA com comentários HTML, CSS ou Markdown, caracteres de largura zero, campos de metadados, entre outras medidas inicialmente invisíveis. “Com essa prática, se o juiz julgar o processo usando a IA ela vai levá-lo ao entendimento do advogado. Se não tivermos cuidados, não vamos ter mais justiça”, alerta. Outros objetivos do Comitê inclui a atualização do Sinapses, que é uma plataforma que agrupa os diferentes modelos de inteligência artificial, desenvolvido pelos

Ana Dubeux/CB/D.A Press



Escaneie o QR CODE e assista ao podcast na íntegra

tribunais para cumprir demandas particulares. Rodrigo explica que, atualmente, o Sinapses possui 174 projetos cadastrados, que são analisados pelos riscos que podem trazer ao processo legal. Ele destaca que a catalogação é essencial para a popularização de modelos já testados em tribunais, como o Berna, um sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)

que analisa petições iniciais que chegam às Cortes, identificando padrões no uso inadequado da Justiça. “Nós vamos a todos os tribunais, pegar as ideias boas, juntar todas elas, respeitando a autonomia das instituições. Esse vai ser o papel do CNJ”, disse o entrevistado. De acordo com o advogado, o cenário ideal seria que cada órgão tivesse a sua própria ferramenta institucional de IA, assim criando uma maior segurança para as atividades dos magistrados, para que não corram riscos ao utilizarem plataformas comerciais, que poderiam ser eventualmente

manipuladas com a prática de Prompt Injection. Ele explica que, além de servirem ao regime interno do tribunal, os sistemas passariam pelo CNJ, que garantiria a transparência da ferramenta: “É muito melhor para o cidadão saber que o próprio tribunal disponibilizou uma ferramenta, que é auditada pelo CNJ, para prestar o serviço”. A criação de ferramentas institucionais também evitam problemas éticos, presentes nos sistemas mais conhecidos como ChatGPT ou Gemini. O advogado cita um estudo de Oxford, que observou que os algoritmos treinados na Internet

costumam refletir vieses sem fundamento empírico, como o preconceito em relação a povos nordestinos. Ele afirma que as IAs também podem apresentar uma análise racistas, com base em estatísticas. “A ferramenta vê que pessoas negras têm maiores taxas de prisão no Brasil, mas não pensa no aspecto estrutural do país. Então isso acaba refletindo um racismo e pode prejudicar um promotor a oferecer uma denúncia”, comentou. Rodrigo afirma que as fraudes tecnológicas atingiram patamares epidêmicos, tanto os golpes com inteligência artificial, quanto os mais simples, como os “falsos advogados”. Diante desses casos, a CNJ lançou uma campanha institucional de alerta a população, em conjunto com a OAB, que mostra aos consumidores algumas medidas que devem ser consideradas ao procurar defesa, como ligar para o advogado e identificar o timbre da voz, tomar cuidado ao realizar transferências Pix e desconfiar de contatos por mensagem, já que, de acordo com o conselheiro, podem ser golpistas que obtiveram dado de processos públicos. “É uma situação que prejudica muitas pessoas, mas também os advogados, já que a profissão perde credibilidade”, afirma.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado